



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Quarta-feira, 17 de junho de 2026 às 14:26, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 8432320: EDITAL DE PREGÃO FMS 06 - PL 12 -
FONOAUDIÓLOGA**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8432320>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026

O **MUNICÍPIO DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal CAMILO GATTI, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo **MENOR PREÇO ITEM**, e que será regida pela Lei n.14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal n. 4499/2025, LC 123/06, também atualizada, **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Fonoaudiologia, junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, com carga horária de 16 horas semanais**, conforme o Termo de Referência (anexo II).

Senhor Licitante,

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.^a deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo II – Termo de Referência, desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

TIPO: MENOR PREÇO ITEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 do dia **02/07/2026**.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia **02/07/2026**.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:45 horas do dia **02/07/2026**.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.comprasnet.gov.br

USASG: 980920

VALOR MÍNIMO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo).

Formalização de consultas/encaminhamentos:





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Ibiam

ENDEREÇO: Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiam – Santa Catarina, CEP: 89652-000.

Pregoeiro: Fernando Caon.

E-mail: fernando.caon@ibiam.sc.gov.br ou licita@ibiam.sc.gov.br

Telefone: (49) 35340044 ou (49) 92001-3328

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objetivo, **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Fonoaudiologia, junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam/SC, com carga horária de 16 horas semanais**, conforme Anexo II-Termo de Referência deste Edital.

2- PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.comprasnet.gov.br.

2.2 - Não será admitida nesta Licitação a participação de:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Ibiam, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;

2.3 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

2.4 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.comprasnet.gov.br.

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

4.1.1 - A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

4.1.2 - As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

4.2 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.





4.4 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) Preço ITEM** em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo **duas casas decimais após a vírgula**;
- b) Especificações detalhadas** do objeto ofertado, consoante as exigências.
- c)** Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;
- d)** Fica estabelecido em sessenta dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

4.5 - Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não Comprometam o interesse público e da Administração.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

- a)** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- b)** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.





- 6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 6.4. Os critérios de desempate observarão o disposto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 6.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.
- 6.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.
- 6.10. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7 – DO MODO DE DISPUTA ABERTO

7.1 - No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





7.2- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3- Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.4- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5- A etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6- No caso de empate ficto, de acordo com a LC 123/2006, será oportunizado à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Vencedora do Certame no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

7.7- É considerado empate ficto quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até cinco por cento superior à proposta mais bem classificada da empresa normal.

7.8- Havendo mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

7.9- Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte recusar o benefício, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada neste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.10- Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.





8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

9 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata.

9.2 - Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÍNIMO DE 02 (duas) HORAS.

9.3 - De acordo com o art. 63, inciso II, combinado com o art. 17, § 1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor, após a fase de julgamento das propostas, e deverá ser realizada no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado do envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

9.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas horas).

9.5 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.

9.6 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.7 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.8 – A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

10 - HABILITAÇÃO





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, ou
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial** e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.
- d) **Decreto de autorização** e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- f) Listade Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- g) Situação do fornecedor junto ao SICAF.

10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título





VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Declaração Unificada
(*anexo IV*).

10.3 - Quanto a HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

a.2) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

10.3.1 - Quanto a HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação da capacidade técnica operacional da empresa licitante, **mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

10.4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.4.1- As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que quiserem participar deste Certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

10.4.2- A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de noventa dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.





10.5 - As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

10.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a Vencedora do Certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou Revogar a Licitação.

11- DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante provisoriamente vencedor, nos termos do art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021.

11.1 Os documentos de habilitação deverão ser enviados pelo licitante vencedor após convocação do Pregoeiro, no site www.comprasnet.gov.br. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**

11.2 Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.3 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

11.4 As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.

11.5 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

12 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2 -PREÇO ITEM.

12.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de





garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.4 A proposta deverá conter PREÇO ITEM, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

12.5 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

12.6 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

12.7 A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

12.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

12.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11 O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

13.1 – As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

13.1.1 – Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

13.1.2 – Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.

14 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o





prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

14.1.1 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

14.2 - A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.

14.3 - O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.4 - O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 - Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6 - Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.3 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.4 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.6 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE





16.1. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, os preços contratados poderão ser reajustados mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mediante solicitação da contratada.

16.2. O reajuste será concedido observando-se a variação integral do índice adotado, vedada a aplicação de percentual diverso daquele efetivamente apurado.

16.3. A vigência do contrato é de 01 (um) ano, a partir assinatura do mesmo. Podendo ser prorrogado conforme Art. 106 e 107 da lei 14.133/2021.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 – O Município efetuará o pagamento do objeto desta Licitação, a licitante Vencedora, mediante apresentação das faturas seguindo o Decreto Municipal 4499/2025.

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 11

Fonte: 2.631.3110.000001 – Custeio Saúde Atenção Primária Jorge Seif – Federal

Elemento: 3390.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais

18. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1 A Contratada obriga-se a:

- a)** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, prestar os serviços constantes do Anexo I, Termo de referência, com exatidão e zelo, atendendo as normas do presente Edital e Anexos e os termos da legislação vigente, responsabilizando integralmente pelos serviços contratados.
- b)** Pessoa Jurídica que deverá atuar no ramo do objeto.
- c)** Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando os Órgãos Gerenciador e Participantes isentos de quaisquer responsabilidades, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;
- d)** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;





- e) Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- f) Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.
- g) Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.
- h) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
- i) Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- j) Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades civil ou criminal;
- k) Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

18.2 A Contratante obriga-se:

- a) Receber os serviços prestados nas condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Contrato;
- b) Verificar, por intermédio do fiscal e do gestor do contrato, a correta execução dos serviços contratados, para fins de recebimento provisório e definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanadas no prazo estabelecido pela Administração;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente prestados, no prazo e forma estabelecidos no Edital, Termo de Referência e Contrato;
- e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano





causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, em conformidade com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, por meio de servidor formalmente designado para essa finalidade.

19. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

Gestor - Orlando Favero. Secretario Municipal

de Saúde

Fiscal - Monalisa Gonçalves de Quadros.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.6. fraudar a licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação





20.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. advertência;

20.2.2. multa;

20.2.3. impedimento de licitar e contratar e

20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2. as peculiaridades do caso concreto

20.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

20.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

20.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor adjudicado ao licitante.

20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor adjudicado ao licitante.

20.4.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de





impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

20.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

20.14.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20.15. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas, considerando-se realizada a notificação na data do comprovante de envio eletrônico.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

21.1 - É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da Licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 35340044, com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município.

21.3 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

21.4 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da Licitação;
- b) anulada ou revogada no todo ou em parte.

21.5- O Foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente Licitação é o da Comarca de Tangará, SC, excluído qualquer outro.

Ibiá – SC, 12 de junho de 2026.

23. – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV- Declaração Unificada;

Anexo V – Minuta do contrato;

CAMILO GATTI
PREFEITO MUNICIPAL

André Luiz Simioni
Procurador Geral do Município – OAB/SC 45097





ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Entidade Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Ibiã -SC

Setor requisitante: Secretaria de Saúde

Nome do Projeto: Serviços de Fonoaudiologia UBS Ibiã

Tipo de contratação: Contratação de serviços sem mão de obra exclusiva

2. Descrição de necessidade

O município de Ibiã enfrenta uma demanda crescente por serviços de saúde destinados ao diagnóstico, prevenção e reabilitação de distúrbios relacionados à comunicação oral, escrita e auditiva entre a população atendida pela rede pública. Crianças, adultos e idosos apresentam, em diferentes fases da vida, necessidades específicas de acompanhamento fonoaudiológico, fundamental para garantir o desenvolvimento pleno da linguagem, promover a inclusão escolar e social, bem como prevenir complicações decorrentes de transtornos não tratados oportunamente.

A ausência de atendimento regular em fonoaudiologia na Unidade Básica de Saúde gera impacto negativo na qualidade de vida dos munícipes, dificultando o acesso a avaliações especializadas, orientações individualizadas e terapias necessárias. Tal lacuna nos serviços públicos de saúde pode intensificar quadros de atraso de linguagem, problemas de aprendizagem, dificuldades de deglutição, alteração da voz e outras condições que possuem solução mais eficiente quando tratadas precocemente. Além disso, a falta de assistência adequada eleva o risco de sobrecarga de outros setores da atenção básica, refletindo em maior procura por recursos de média e alta complexidade.





Outro aspecto relevante é o impacto social provocado pela não disponibilização deste serviço no âmbito municipal. Crianças com dificuldades não diagnosticadas ou tratadas precocemente ficam mais expostas a barreiras no processo educativo, enquanto adultos e idosos com alterações de comunicação e audição podem vivenciar isolamento social e prejuízo na autonomia. Dessa forma, garantir o acompanhamento fonoaudiológico representa um avanço na integralidade do cuidado à saúde e no atendimento das necessidades reais da população usuária.

Diante desse contexto, verifica-se a necessidade de estruturar os serviços de forma a suprir a carência identificada, de modo a garantir o acesso universal e contínuo aos cuidados de fonoaudiologia no município de Ibiã. Esta análise reforça a importância de estratégias que viabilizem a oferta qualificada desse atendimento, alinhada com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e os princípios estabelecidos na Política Nacional de Atenção Básica, priorizando o interesse público e a promoção do bem-estar coletivo.

A estimativa da demanda para os serviços de fonoaudiologia foi realizada com base na capacidade operacional prevista para o profissional, considerando carga horária semanal de 16 (dezesesseis) horas, distribuídas em 2 (dois) dias por semana.

Considerando uma média de 12 (doze) pacientes atendidos por dia, levando em conta que cada atendimento leva de 30 a 45 minutos, estima-se a realização de aproximadamente 24 (vinte e quatro) atendimentos semanais. Projeta-se a realização de aproximadamente 104 (cento e quatro) atendimentos mensais.

Assim, para um período de 12 (doze) meses de contratação, estima-se um quantitativo aproximado de 1.248 (mil duzentos e quarenta e oito) atendimentos, podendo haver variações em razão da demanda espontânea, encaminhamentos da rede de saúde e da secretaria de educação e necessidades específicas do serviço.





3. Requisitos da contratação

Considerando o exposto, conclui-se neste Estudo Técnico Preliminar que a solução mais adequada ao problema apresentado é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fonoaudiologia a serem realizados junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, com carga horária de 16 horas semanais. Os principais requisitos para adequação do objeto contratado à demanda da Administração são:

- **Qualidade e desempenho** - Os profissionais disponibilizados deverão ser devidamente habilitados, com registro ativo no respectivo conselho de classe e experiência comprovada na área de atuação, aptos a realizar atendimentos de avaliação, diagnóstico, prevenção e reabilitação das alterações de comunicação oral, escrita e auditiva, bem como atividades educativas e de orientação à família e à equipe multiprofissional.
- **Funcionalidade** - O serviço deverá abranger todas as faixas etárias do público-alvo, atendendo crianças, adolescentes, adultos e idosos, conforme especificidades clínicas identificadas pela rede pública de saúde, com registro detalhado de cada atendimento e relatórios periódicos para acompanhamento dos resultados.
- **Prazos e local de entrega** - A prestação do serviço deverá ocorrer nas dependências da Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, com carga horária semanal preestabelecida de 16 horas, assegurando regularidade e continuidade no atendimento durante todo o período contratual.
- **Sustentabilidade** - Quando aplicável, deverão ser observadas práticas que promovam o uso racional de recursos materiais (como papel e insumos), priorizando a adoção de meios digitais para emissão de laudos e comunicações, além da destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados na prestação do serviço.





- Natureza continuada – Trata-se de serviço de natureza continuada, por se revelar imprescindível a manutenção ininterrupta do atendimento fonoaudiológico para a efetividade das ações de acompanhamento, prevenção e reabilitação, de modo a promover integralidade ao cuidado e adequação ao fluxo da Atenção Básica.

- Considerando as especificidades da atuação fonoaudiológica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, faz-se necessária a contratação de profissional com experiência em saúde pública. O profissional deverá possuir conhecimentos e habilidades para atuar de forma integrada às equipes multiprofissionais, realizando ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação dos distúrbios da comunicação humana, linguagem, fala, audição e deglutição. A experiência em saúde pública é essencial para garantir o adequado atendimento da demanda, bem como para assegurar a observância dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a resolutividade dos casos e para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

Todos os requisitos detalhados serão devidamente especificados no Termo de Referência, contemplando normas técnicas aplicáveis e demais parâmetros necessários à execução contratual.

4. Levantamento de mercado

Com base no levantamento de mercado realizado, foram coletados orçamentos junto a municípios de referência, como Zorteia e Celso Ramos, além do Banco de Preços Oficial. Os valores apurados para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fonoaudiologia apresentaram variação significativa: em Zorteia, a média mensal foi de R\$ 10.600,00; em Celso Ramos, o custo para 8 horas semanais é de R\$ 4.629,00 – o que, ajustado para 16 horas, resulta em R\$ 9.258,00; já no Banco de Preços Oficial, o valor indicado para serviços similares alcança R\$ 10.980,00 por mês. Este panorama permite aferir que a contratação se encontra em consonância com os preços praticados no mercado regional.





No processo de análise das alternativas possíveis para atendimento da demanda, considerou-se tanto a possibilidade de prover o serviço através de contratação direta de profissionais (concurso ou processo seletivo) quanto a terceirização junto a empresa especializada. A contratação de empresa revela-se mais vantajosa sob o ponto de vista técnico e operacional, pois amplia a flexibilidade, reduz encargos administrativos e assegura maior continuidade ao atendimento nas eventuais ausências ou afastamentos do profissional. Além disso, a terceirização possibilita acesso a uma equipe qualificada cuja atualização profissional é responsabilidade da empresa contratada, garantindo que as práticas estejam alinhadas às normativas e avanços da área.

Sob o aspecto econômico, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços fonoaudiológicos mostra-se solução eficiente e sustentável para o município de Ibiá, considerando a oscilação dos valores de mercado e o potencial de adaptação contratual conforme a demanda local. A escolha por essa modalidade, fundamentada em pesquisa de mercado e aderência aos valores referenciais, propicia o acesso contínuo a serviços essenciais à população, atende aos princípios da economicidade e da eficiência e proporciona o respaldo técnico necessário para o desenvolvimento da saúde pública de forma integral e inclusiva.

5. Descrição da Solução como um todo

A solução estruturada contempla a contratação de empresa especializada, garantindo a inserção regular e contínua de serviços de fonoaudiologia na atenção básica do município de Ibiá, ampliando o acesso da população ao diagnóstico, prevenção e reabilitação de distúrbios comunicativos, orais, escritos e auditivos. A oferta do serviço realiza-se por profissional especializado, alocado 16 horas semanais na Unidade Básica de Saúde, abarcando atendimento a todas as faixas etárias e promovendo intervenções tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A proposta prioriza a integração às equipes multiprofissionais da atenção básica,





com articulação entre setores da saúde para detecção precoce de casos e encaminhamentos adequados. A atuação envolverá avaliações especializadas, orientações familiares, elaboração de planos terapêuticos personalizados e atividades educativas preventivas, resultando em maior efetividade no acompanhamento e redução de agravos decorrentes da ausência de tratamento oportuno.

A justificativa técnica da solução reside em sua capacidade de responder de modo ágil, flexível e adaptado à demanda, sendo a contratação de empresa especializada mais vantajosa que a formação de quadro próprio, tanto pela possibilidade de substituição imediata do profissional por motivo justificado quanto pela maior facilidade em manter a continuidade operacional em caso de afastamentos. Do ponto de vista econômico, a solução viabiliza atendimento qualificado, com custo previsível, otimizando recursos públicos ao evitar agravamento dos quadros clínicos e reduzir a necessidade de encaminhamento para níveis mais complexos de atenção.

A manutenção da qualidade do serviço será garantida por meio de supervisão técnica periódica, exigência de relatórios e avaliações de desempenho, bem como pela atualização profissional contínua. Sempre que compatível, serão adotadas práticas que promovam sustentabilidade, como uso racional de materiais e priorização de meios digitais. O contrato inicialmente terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme avaliação da necessidade e resultados alcançados, mantendo o caráter continuado e indispensável para a promoção da saúde pública local.



**6. Estimativa de Quantitativo e do Valor**

LOTE 1			
Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fonoaudiologia, a serem realizados junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiá/SC com carga horária de 16 horas semanais	12	R\$10.279,33	R\$123.351,96
Preço global do lote R\$ 123.351,96			

Preço global da contratação **R\$123.351,96**

6.1. Dotação orçamentaria**Fundo de Saúde**

Red: 11 Fonte 2.631.3110.000001 custeio saúde Atenção Primaria Jorge Seif - Federal

Detalhamento: 33903905 serviços técnicos profissionais

7. Parcelamento do objeto

No caso em análise, a contratação visa à prestação de serviços de fonoaudiologia junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiá/SC, com





carga horária de 16 horas semanais. Trata-se de um único objeto, consistente na alocação de profissional habilitado, por meio de empresa especializada, para atendimento continuado da demanda local. A natureza da prestação do serviço, bem como a carga horária semanal definida, determina que o atendimento seja integral e planejado de forma unificada, de modo a garantir a efetividade, a continuidade e a padronização do serviço ofertado à população, não se mostrando técnica ou operacionalmente viável qualquer fracionamento.

Portanto, considerando que se trata de contratação de apenas um item, cujo objeto é indivisível e não comporta a segmentação em partes autônomas, o parcelamento do objeto não se aplica à presente demanda. A adoção de um único contrato visa garantir segurança, qualidade e melhor gerenciamento dos serviços prestados, atendendo, assim, ao interesse público e às necessidades específicas do Município.

8. Contratações correlatas e/ou Interdependentes

Após análise detalhada das necessidades específicas e das externalidades relacionadas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fonoaudiologia na Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã-SC, com carga horária de 16 horas semanais, verifica-se que tal contratação possui caráter isolado e atende a uma demanda pontual e técnica do Fundo Municipal de Saúde, não havendo interface direta com outras contratações em andamento ou previstas. Ressalta-se que o objeto em questão é específico da área de fonoaudiologia e não depende de serviços de outras áreas, tampouco exerce influência sobre eventuais contratos existentes, uma vez que se trata de atendimento clínico individualizado, cuja execução não está condicionada à realização de atividades simultâneas ou complementares por outros prestadores. Assim, não se identificam contratações correlatadas ou interdependentes que possam ser afetadas ou influenciar a execução da presente contratação, evidenciando a autonomia e independência operacional deste certame dentro do contexto das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã-SC.





9. Plano de Contratações Anual (PCA)

A ausência de previsão da contratação pretendida de empresa especializada para a prestação de serviços de fonoaudiologia, a serem realizados junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, com carga horária de 16 horas semanais, no Estudo Técnico Preliminar, decorre da inexistência de Plano de Contratações Anual. Esclarece-se que, até o momento, o órgão contratante não elaborou ou formalizou o respectivo Plano de Contratações Anual, tornando inviável a inclusão antecipada desta demanda no referido instrumento de planejamento.

Diante desse contexto, não foi possível prever a contratação no documento citado, visto que não existia base formal consolidada para o planejamento anual das contratações do exercício vigente. Destaca-se, contudo, que a ausência de previsão no Plano de Contratações Anual não inviabiliza a continuidade do processo, considerando o caráter essencial e emergencial da demanda para a garantia da adequada prestação dos serviços de saúde à população local.

10. Demonstrativos dos resultados pretendidos

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fonoaudiologia na Unidade Básica de Saúde do município de Ibiã-SC está fundamentada na necessidade de promover maior eficiência na utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros do Fundo Municipal de Saúde. Esta estratégia visa garantir economicidade ao município, pois ao optar por um serviço terceirizado com carga horária previamente estabelecida de 16 horas semanais, é possível ajustar a oferta do atendimento de acordo com a real demanda da população, evitando gastos desnecessários com contratações em regime integral e otimizando o uso da verba pública. Além disso, ao contar com profissionais especializados e devidamente capacitados, o município assegura procedimentos de qualidade, reduzindo o retrabalho e custos decorrentes de encaminhamentos futuros para tratamentos de média e alta complexidade, que





geralmente são mais onerosos aos cofres públicos.

Outro resultado esperado é o melhor aproveitamento dos recursos já existentes na Atenção Básica, promovendo a integração entre as diversas áreas de atuação e fortalecendo o trabalho em equipe entre os profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros e educadores. Com a presença regular do fonoaudiólogo, será possível estabelecer fluxos de atendimento mais ágeis, garantir avaliações e intervenções precoces, ampliar o acesso às orientações especializadas e, conseqüentemente, melhorar os indicadores de saúde do município. A contratação por empresa especializada também facilita a gestão e acompanhamento dos resultados, promovendo maior transparência nos processos, controle de custos e qualidade nos serviços ofertados à população.

Dentre os principais resultados pretendidos com a contratação, destacam-se:

1. ****Redução de custos**** com encaminhamentos desnecessários e tratamentos tardios de distúrbios de comunicação;
2. ****Aprimoramento do uso dos recursos humanos**** já disponíveis, por meio do trabalho interdisciplinar e suporte técnico especializado ao quadro fixo do município;
3. ****Melhoria do acesso**** aos serviços de prevenção, diagnóstico e reabilitação fonoaudiológica para crianças, adultos e idosos;
4. ****Promoção do desenvolvimento pleno da linguagem**** e prevenção de complicações decorrentes de transtornos não tratados;
5. ****Contribuição para a inclusão escolar e social**** da população atendida;
6. ****Atendimento a diretrizes do SUS**** e aos princípios da equidade, integralidade e eficiência na gestão da saúde pública municipal.

Assim, a contratação da empresa especializada em fonoaudiologia reflete o compromisso do Fundo Municipal de Saúde de Ibiá com a racionalização dos gastos, a melhoria contínua da assistência à saúde e o melhor aproveitamento dos recursos públicos em benefício da qualidade de vida da população.





11. Providências prévias a serem adotadas

No que se refere à presente contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fonoaudiologia na Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiá-SC, com carga horária de 16 horas semanais, não há providências a serem adotadas previamente pelo Fundo Municipal de Saúde de Ibiá-SC para viabilizar a celebração do contrato. Todas as condições necessárias para o início da demanda já são atendidas no âmbito da estrutura existente e não existem impedimentos ou requisitos preliminares a serem observados.

Dessa forma, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiá-SC está apto a dar prosseguimento ao processo de contratação pretendido, sem a necessidade de adoção de medidas preparatórias adicionais. O serviço poderá ser prestado conforme as condições e necessidades estabelecidas, não havendo pendências que possam impactar a regular execução do futuro contrato.

12. Possíveis impactos ambientais

No âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fonoaudiologia, a serem realizados junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiá/SC com carga horária de 16 horas semanais, não apresenta potenciais impactos ambientais relevantes. Trata-se de atividade essencialmente voltada ao atendimento de saúde, caracterizada predominantemente por procedimentos clínicos em ambiente controlado, não demandando uso intensivo de recursos naturais, nem gerando resíduos ou efluentes em quantidade significativa.

Além disso, ressalta-se que os eventuais resíduos produzidos (tais como materiais descartáveis de uso ambulatorial) já estão contemplados nas rotinas ordinárias de manejo de resíduos de saúde adotadas pela própria Unidade Básica, em observância às normas vigentes de saúde ambiental e resíduos sólidos. Dessa forma, entende-se que a contratação ora pretendida se enquadra





como de impacto ambiental inexistente ou absolutamente irrelevante, por não extrapolar as práticas já estabelecidas e regulamentadas de funcionamento do serviço público de saúde.

Conclui-se, portanto, que não há necessidade de medidas adicionais de mitigação ou compensação ambiental específicas para a referida contratação, sendo suficiente o tratamento já rotineiramente conferido à gestão de resíduos e demais aspectos ambientais pela Unidade Básica de Saúde. Assim, a implementação dos serviços de fonoaudiologia pode ser conduzida sem riscos de implicações negativas ao meio ambiente local.

13. Conclusão

Diante das análises realizadas durante o Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fonoaudiologia, com carga horária de 16 horas semanais, a serem executados na Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, revela-se adequada e suficiente para atender à demanda identificada, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços de saúde ofertados à população. Assim, opina-se favoravelmente pelo prosseguimento do processo de contratação, por se tratar de medida alinhada à necessidade pública identificada e à eficiência administrativa.

12 de junho de 2026, Fundo Municipal de Saúde de Ibiã -SC

Monalisa Gonçalves de Quadros

Diretora de assistência social

Orlando Favero

Secretário municipal de saúde de Ibiã



**ANEXO II****TERMO DE REFERÊNCIA (Lei nº 14.133/2021)****1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO**

Órgão/Entidade Demandante: Município de Ibiã/SC
Unidades Requisitantes: **FUNDO Municipal** de **Saúde**
Processo Administrativo nº: **12/2026**
Modalidade de Contratação: Pregão Eletrônico
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021

2. DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Fonoaudiologia, junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, com carga horária de 16 horas semanais	Mês	12	R\$ 10.279,33	R\$ 123.351,96
TOTAL R\$ 123.351,96					

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela crescente demanda por serviços de fonoaudiologia destinados ao diagnóstico, prevenção e reabilitação de distúrbios relacionados à comunicação oral, escrita e auditiva da população atendida pela rede pública municipal.





Atualmente não há atendimento regular de fonoaudiologia na Unidade Básica de Saúde, situação que compromete o acesso da população a avaliações especializadas, terapias, orientações e acompanhamento adequado.

A contratação visa garantir atendimento contínuo às crianças, adolescentes, adultos e idosos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, inclusão social, desenvolvimento da linguagem e redução da necessidade de encaminhamentos para serviços de maior complexidade, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

3.1. Da exigência de pessoa jurídica

A exigência de participação exclusiva de pessoas jurídicas justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços e a substituição imediata do profissional responsável, evitando a interrupção dos atendimentos prestados à população.

4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Item 01 – Serviços de Fonoaudiologia

Prestação de serviços de fonoaudiologia junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais, compreendendo:

- a) avaliação fonoaudiológica;
- b) diagnóstico funcional;
- c) prevenção de distúrbios da comunicação;
- d) acompanhamento terapêutico;
- e) reabilitação de alterações da linguagem oral e escrita;
- f) orientação aos usuários e familiares;
- g) atividades educativas;
- h) elaboração de relatórios e registros dos atendimentos;
- i) atuação integrada com a equipe multiprofissional da rede municipal de saúde.

4.1. Dos parâmetros mínimos de execução

A prestação dos serviços deverá observar os seguintes parâmetros mínimos de execução:





- a) Realização estimada de até **24 (vinte e quatro) atendimentos semanais**, observada a carga horária contratada de 16 (dezesseis) horas semanais;
- b) Realização estimada de até **104 (cento e quatro) atendimentos mensais**, podendo ocorrer variações em razão da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhamentos da rede pública e necessidades específicas dos usuários;
- c) Registro individualizado de todos os atendimentos realizados, contendo identificação do paciente, data do atendimento, procedimento realizado e evolução do acompanhamento, observadas as normas de sigilo profissional e proteção de dados;
- d) Apresentação de relatório mensal das atividades desenvolvidas, contendo, no mínimo, quantitativo de atendimentos realizados, atividades coletivas eventualmente executadas, orientações prestadas e demais informações solicitadas pela fiscalização contratual;
- e) A fiscalização do contrato poderá avaliar o desempenho da execução contratual com base no cumprimento da carga horária, regularidade dos atendimentos, qualidade dos registros, entrega dos relatórios e atendimento das demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os quantitativos previstos constituem estimativas de desempenho esperadas pela Administração para fins de acompanhamento e fiscalização contratual, podendo sofrer variações em razão da demanda efetivamente encaminhada pela rede municipal de saúde.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua durante toda a vigência contratual.

6. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nas dependências da Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, observadas as normas sanitárias vigentes e as orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento dos serviços ocorrerá mensalmente mediante:





- a) apresentação de relatório mensal de atividades contendo o quantitativo de atendimentos realizados, atividades desenvolvidas e demais informações pertinentes à execução contratual;
- b) comprovação do cumprimento da carga horária contratada;
- c) manutenção dos registros individualizados dos atendimentos realizados, à disposição da fiscalização, observadas as normas de sigilo profissional e proteção de dados pessoais;
- d) ateste do fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços.

O recebimento definitivo dos serviços ficará condicionado à verificação do cumprimento das obrigações contratuais e à aprovação da documentação apresentada pela contratada.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Disponibilizar profissional legalmente habilitado para a execução dos serviços;
- b) Cumprir a carga horária estabelecida;
- c) Executar os serviços com qualidade, regularidade e continuidade;
- d) Apresentar relatórios periódicos de atividades;
- e) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação;
- f) Substituir profissional quando necessário, sem prejuízo à execução dos serviços;
- g) Observar as normas éticas e o sigilo das informações;
- h) Realizar atendimento de crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- i) Manter prontuários e registros atualizados;
- j) Elaborar relatórios quando solicitado;
- k) Garantir a substituição do profissional em caso de afastamento, sem prejuízo à continuidade dos serviços;
- l) Manter sigilo profissional.

8.1. Antes do início da execução dos serviços, a contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Fonoaudiologia do profissional indicado para a execução dos serviços;
- b) Comprovante de registro ativo e regular do profissional junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO;





c) Documento que comprove o vínculo jurídico entre a contratada e o profissional indicado para a execução dos serviços, mediante contrato social, registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro documento legalmente válido;

d) Em caso de substituição do profissional durante a vigência contratual, a contratada deverá apresentar a documentação prevista nas alíneas anteriores referente ao novo profissional antes do início de suas atividades.

8.2. A não apresentação da documentação prevista no item 8.1 impedirá o início da execução contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas no Edital e no Contrato.

8.3. A contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), mantendo sigilo sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos pacientes atendidos, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas para proteção das informações acessadas em razão da execução contratual.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Fiscalizar a execução do contrato;
- b) Fornecer as informações necessárias à execução dos serviços;
- c) Atestar os serviços prestados;
- d) Efetuar os pagamentos conforme as condições estabelecidas.

10. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada por fiscais designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscal: Monalisa Gonçalves de Quadros

Gestora do Contrato: Orlando Favero – Secretário Municipal de Saúde

11. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R\$ 123.351,96 (cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos).

12. DA FORMA DE PAGAMENTO





O pagamento será realizado após a liquidação da nota fiscal, observada a ordem cronológica de pagamentos prevista no Decreto Municipal nº 4499/2025. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à





rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula.

13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 11

Fonte: 2.631.3110.000001 – Custeio Saúde Atenção Primária Jorge Seif – Federal

Elemento: 3390.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais





15. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O presente Termo de Referência descreve adequadamente o objeto, os requisitos técnicos, as obrigações das partes, os critérios de aceitação, a forma de execução, fiscalização e pagamento, estando em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar e com a Lei nº 14.133/2021.

Ibiã/SC, 12 de junho de 2026.

Cristiane Cordeiro de Moraes

Auxiliar Administrativo

Departamento de Licitações e Contratos

Orlando Fávero

Secretário Municipal de Saúde





ANEXO III
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

INSC. ESTADUAL:.....

ENDEREÇO:.....

E-MAIL:.....

TELEFONE;

BANCO:

AGENCIA:

CONTA CORRENTE:.....

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total

Total Geral:

Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO ITEM

Objeto: _____.

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

(*)

(*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

• Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

• Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

• Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.





- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
 - Declaramos para os devidos fins que os produtos entregues são de boa qualidade;
- Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).
....., Portador(a) do RG sob nº
..... e CPF nº, cuja
função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc),
responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.
- Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: Banco:
..... Agência:.....





• Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar Ata de Registro de Preços/Contrato assinado para o seguinte endereço:

• **E-mail:** _____

• **Telefone:** () _____

• **Cidade:** **Bairro:**..... **Rua:**..... **nº** **CEP:**.....

• Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos;

• Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º , para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do Ata de Registro de Preços/Contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Ata de Registro de Preços /Contrato.

....., de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa



**ANEXO V****MINUTA DO
CONTRATO N.**

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CAMILO CÉZAR MINOSSO GATTI denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa,, CNPJ:, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º, com sede na Rua, neste ato representado pelo Sr., de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Pregão nº 6/2026, Processo Licitatório 12/2026, sujeitando-se as normas da Lei 14.133 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 6/2026, homologado em ____ de _____ de 2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1º CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente contrato, tem por **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Fonoaudiologia, junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, com carga horária de 16 horas semanais.**

2º CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A (o) CONTRATADA (A) obriga-se a executar os serviços objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço por ITEM de R\$.(.....), devendo a despesa correr à

Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 11





Fonte: 2.631.3110.000001 – Custeio Saúde Atenção Primária Jorge Seif – Federal

Elemento: 3390.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

3º CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado após o ateste dos serviços prestados, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e do arquivo XML, os quais deverão ser encaminhados para os e-mails nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br.

Parágrafo único. O pagamento observará a ordem cronológica prevista no Decreto Municipal nº 4499/2025 e dependerá da regular liquidação da despesa pelo gestor responsável.

3.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, os preços contratados poderão ser reajustados mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, observado o disposto no art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante requerimento da CONTRATADA.

§1º Independentemente do reajuste previsto no caput, poderá ser concedida revisão contratual para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

§2º O pedido de revisão deverá ser formalmente apresentado pela CONTRATADA, acompanhado da documentação comprobatória necessária.

§3º A Administração poderá, mediante comprovação da redução dos preços de mercado, promover a revisão contratual visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do interesse público.

I – A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro será realizada mediante apresentação de documentos idôneos que demonstrem a efetiva alteração dos custos da execução contratual, tais como convenções ou acordos coletivos de trabalho, comprovantes de reajustes salariais, encargos trabalhistas, tributos, contratos de prestação de serviços, notas fiscais, planilhas de composição de custos e demais documentos pertinentes ao objeto contratado.





II – Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilha comparativa de custos entre a data da apresentação da proposta e a data do pedido de revisão, demonstrando de forma objetiva o impacto econômico-financeiro ocorrido na execução contratual.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 4º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

4º CLÁUSULA QUARTA: VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5º CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços de fonoaudiologia de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na proposta apresentada e nas normas técnicas aplicáveis à profissão.

5.2. Disponibilizar profissional devidamente habilitado para a execução dos serviços, com registro ativo no Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO.

5.2.1. Antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar:

- a) Diploma ou certificado de conclusão do curso superior em Fonoaudiologia do profissional indicado;
- b) Comprovante de registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO;
- c) Documento que comprove o vínculo jurídico entre a CONTRATADA e o profissional indicado para execução dos serviços.

5.2.2. Em caso de substituição do profissional durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação prevista no item anterior referente ao novo profissional antes do início de suas atividades.

5.3. Cumprir a carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã/SC, observando os horários previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.





5.4. Realizar avaliações, diagnósticos, acompanhamentos terapêuticos, atividades preventivas, orientações aos usuários e familiares, bem como demais procedimentos inerentes à atuação fonoaudiológica.

5.4.1. A execução dos serviços deverá observar os parâmetros mínimos previstos no Termo de Referência, especialmente quanto ao quantitativo estimado de atendimentos, registros dos pacientes, relatórios periódicos e demais critérios de acompanhamento definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.5. Manter atualizados os registros dos atendimentos realizados, observando as normas éticas e profissionais aplicáveis, bem como a legislação referente à proteção de dados pessoais e ao sigilo profissional.

5.6. Elaborar relatórios, pareceres e demais documentos técnicos quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.7. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a adequada execução dos serviços.

5.8. Providenciar, às suas expensas, a substituição do profissional responsável pela execução dos serviços nos casos de afastamento, impedimento legal ou impossibilidade de atendimento, sem prejuízo da continuidade dos serviços contratados.

5.9. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução contratual, não gerando qualquer vínculo empregatício entre os profissionais disponibilizados e o Município de Ibiã/SC.

5.10. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

5.11. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

5.12. Observar as diretrizes, protocolos e orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde para a adequada prestação dos serviços.

6º CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, através de servidor designado para este fim;

b) Efetuar os pagamentos à Contratada, mediante apresentação de notas fiscais/faturas devidamente atestadas;





- c) Prestar as informações e quaisquer esclarecimentos necessários para o bom desempenho dos serviços ora contratados;
- d) Processar, atestar, empenhar, liquidar e pagar o valor apresentado;
- e) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanadas ou corrigidas.

7º CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Constituem direitos do Município, sem prejuízo de outros previstos na legislação vigente:

- I – acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços contratados, por meio do gestor e fiscal designados;
- II – exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, proposta apresentada e neste Contrato;
- III – determinar a correção de falhas, irregularidades ou inadequações verificadas na execução dos serviços;
- IV – aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa;
- V – promover alterações contratuais e a extinção do contrato nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;
- VI – recusar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência ou neste Contrato;
- VII – solicitar relatórios, informações e documentos relacionados à execução contratual, sempre que necessário ao acompanhamento e fiscalização dos serviços.

8º CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato mediante:

- a) apresentação de relatório mensal das atividades desenvolvidas;
- b) comprovação do cumprimento da carga horária contratada;
- c) manutenção dos registros individualizados dos atendimentos realizados, observadas as normas de sigilo profissional e proteção de dados;
- d) verificação do cumprimento das demais obrigações contratuais.





8.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência e validação dos serviços prestados pelo gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios, defeitos ou incorreções constatados posteriormente na execução dos serviços.

9º CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa o contratado que incorrer em quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Serão aplicadas ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 15% (quinze por cento) do valor contratual;

III – multa compensatória de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução total ou parcial;

IV – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. Na aplicação das sanções serão observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10º CLÁUSULA DÉCIMA : DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções administrativas caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11º CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Para fiscalização dos Serviços executados, fica responsável, a servidora Monalisa Gonçalves de Quadros e Gestor o Sr. Orlando Favero.





12º CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao Município o direito de promover a extinção do Contrato, mediante processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

a) Unilateralmente, pela Administração Municipal, nos casos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando ocorrer:

- atraso injustificado ou interrupção na prestação dos serviços contratados;
- execução dos serviços em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência ou Contrato;
- subcontratação total ou parcial do objeto sem autorização da Administração;
- cessão ou transferência do contrato sem autorização da Administração;
- desatendimento das determinações da fiscalização ou da gestão contratual;
- descumprimento reiterado das obrigações assumidas;
- decretação de falência, dissolução da sociedade ou alteração da estrutura empresarial que comprometa a execução contratual;
- razões de interesse público devidamente justificadas pela autoridade competente;
- ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça definitivamente a execução contratual.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e seja formalizado por escrito.

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

II - A extinção contratual deverá ser formalizada por ato motivado da autoridade competente.

III - A extinção do contrato não exclui a aplicação das penalidades cabíveis nem a obrigação de indenizar eventuais prejuízos causados à Administração.

13º CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao **Edital Pregão nº 6/2026, Processo Licitatório 12/2026**, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 14.133 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.





14º CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

15º CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

16º CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites e condições legalmente estabelecidos.

17º CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

17.1. A CONTRATADA compromete-se a observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como toda a legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais eventualmente acessados em razão da execução contratual.

17.2. A CONTRATADA deverá utilizar os dados pessoais e dados pessoais sensíveis exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa da prevista neste instrumento.

17.3. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, divulgação, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.4. Os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão manter absoluto sigilo sobre as informações e dados dos pacientes atendidos, observadas as normas éticas da profissão e a legislação vigente.

17.5. A CONTRATADA responderá pelos danos causados ao Município ou a terceiros em decorrência do tratamento inadequado de dados pessoais realizado no âmbito da execução contratual, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.





17.6. A ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados deverá ser comunicada imediatamente ao Município, para adoção das providências cabíveis.

18º CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM 2026.

CONTRATANTE

CAMILO GATTI

Prefeito Municipal

CNPJ.....

CONTRATADA

PROPONENTE

VENCEDOR

